

Brandão: fim de mordomias é só impacto

Da sucursal do
RIO

“Medidas residuais, apenas para produzir impacto político” — assim o presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, qualificou os decretos do presidente Figueiredo que disciplinam os gastos das estatais com pessoal.

Para Brandão, não são essas medidas que consertarão o País, sobretudo porque, a seu ver, o que acontece nas estatais, em matéria de vantagens e mordomias, ocorre por culpa exclusiva de seus dirigentes e não dos funcionários. Ele também advertiu o governo para que “não brinque com as pessoas que comandam toda a economia nacional, responsáveis pelo funcionamento de setores estratégicos”.

O presidente da Andima é de opinião que os decretos presidenciais não terão vida longa, sobretudo porque estabelecem diferenças de salários para trabalho igual. Isso porque o funcionário que for agora admitido nas estatais receberá no máximo 13 salários por ano, enquanto os antigos funcionários continuarão recebendo, em algumas estatais, 16 salários.

A advertência sobre os efeitos dessa diferença de remuneração foi repetida pelo presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Wilson Barbosa, para quem a estatal enfrentará, em relação aos novos empregados, a questão de ordem legal baseada no princípio consagrado de “salários iguais para funções iguais”.

O presidente da Aepet destacou, ainda que o problema econômico nacional não está nos salários dos empregados das estatais, que para uma empresa como a Petrobrás representam somente 6 a 7% de seu faturamento bruto anual.

Por sua vez, o presidente da Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEL), Renato Feliciano Dias, afirmou que os 17 salários recebidos pelos empregados da empresa já se constituíram em “direito adquirido, que não pode ser eliminado”. O que será feito a partir de agora, com a decisão do governo, é o que ele chamou de “equalização salarial”, incorporando os quatro salários adicionais ao salário normal, devido e permanente. A folha de pagamento dos empregados da Eletrobrás representa, de acordo com Dias, somente 2,6% do orçamento da empresa.

O presidente da Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (AFBNDES), Sérgio de Paula, criticou o texto do decreto, classificando-o de “difuso e confuso”, por não estabelecer concretamente o que será cortado ou não. O pior, em sua opinião, é que as decisões mais importantes serão adotadas pelo Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), podendo transformar-se “em terrível instrumento de arbítrio e discriminação”.